

 PODER JUDICIÁRIO Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás	ANÁLISE DE MERCADO	
	Processo de Planejamento de Aquisições e de Contratações de Soluções de TIC	
	Revisão: 003	Código/Versão: DCNJC-001
		Página: 1/1

Item	Objeto	Qtde	Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região Pregão nº 39/2018		Tribunal Regional Eleitoral - MS Pregão nº 45/2020		Tribunal Regional Eleitoral - PI Pregão nº 7/2021		Tribunal de Justiça do Distrito Federal Pregão nº 43/2020		Conselho Regional de Enfermagem - SP Pregão nº 4/2022		Tribunal Superior do Trabalho 6ª Região Cotação Eletrônica nº 2/2022		Ministério do Planejamento e Desenvolvimento e Gestão/Fundação IBGE - RJ Pregão nº 7/2021		CertificaAnápolis Proposta Comercial		Valor Médio			
			Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Lote/Item	Valor Unitário	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	Certificado Digital Cert-JUS, tipo A3, para pessoa física	3.000	3	R\$ 88,00	1	R\$ 50,00	1	R\$ 23,27												R\$ 53,76	R\$ 161.280,00	R\$ 213.124,30
2	Certificado Digital A1 para pessoa jurídica	10							3	R\$ 29,00	3	R\$ 38,80	2	R\$ 80,00			2	R\$ 140,00	R\$ 71,95	R\$ 719,50		
3	Certificado Digital A1 para servidor do tipo e-aplicação (SSL)	10							4	R\$ 429,90			1	R\$ 325,00	2	R\$ 295,00	3	R\$ 1.000,00	R\$ 512,48	R\$ 5.124,80		
4	Dispositivo de armazenamento de certificado digital do tipo token USB	1.000	21	R\$ 55,00	2	R\$ 40,00	3	R\$ 36,00									4	R\$ 53,00	R\$ 46,00	R\$ 46.000,00		

Os valores apresentados acima representam o resultado de diversas e extensivas pesquisas. Preliminarmente, foram levadas em consideração as orientações contidas nos Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI do Conselho da Justiça Federal (CJF), do Tribunal de Contas da União e do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atualmente incorporado pelo Ministério da Economia, disponíveis nos seguintes links:

Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI da Justiça Federal <https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao/modelo-de-contratacao-de-solucoes-de-ti-mcti-jff/guia-de-boas-praticas-versao-2.pdf/view>; Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação 1ª Edição do Tribunal de Contas da União <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-1-edicao.htm>;
 Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/planejamento/lancada-nova-versao-do-guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-ti/guia_de_boas_praticas_v08.pdf/view.

Além disso, foram consideradas as orientações do Portal Governo Digital, do Ministério da Economia, em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes-para-contratacao>, onde é possível acessar as recomendações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal. Naquele portal, também estão disponíveis Guias, Modelos e Diretrizes para Contratações de Solução de TIC de caráter geral e por temas, onde é possível verificar as boas práticas do governo federal na administração e contratação de recursos de TIC.

Também foi consultada a base do Portal de Compras, através do endereço <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, que reúne diversos outros pontos de pesquisa, como o sistema Comprasnet, o Painel de Compras (<http://painelcompras.planejamento.gov.br/>) e o Painel de Preços (<http://painelprecos.planejamento.gov.br/>), os quais apresentam dados estruturados de contratações realizadas em todo o país. Essas contratações representam o resultado de uma avaliação das contratações de Soluções de TI pelos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Governo Federal e encontram-se catalogadas e categorizadas por subconjunto de bens e serviços.

Ainda no âmbito da Administração Pública Federal, foi consultado o Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/contratos/>), através da pesquisa disponível nas opções "Consulta Detalhada" e após em "Contrato" e também por meio do campo "Busca específica".

Também foram utilizados como referência sites de busca e o sistema Banco de Preços, incluindo termos relacionados ao tipo de contratação em diversas combinações com as palavras-chaves relacionadas, objetivando localizar mais contratos celebrados com a administração pública direta, incluindo união, estados e municípios, nos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como na administração indireta e em entidades paraestatais, além de eventuais contratos entre pessoas jurídicas de direito privado para fins de identificar as práticas do mercado como um todo. Em todas as pesquisas foram utilizados os períodos de contratação e as palavras-chave a seguir:

Anos filtrados: 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022;

Palavras pesquisadas no site (Ctrl+F): certificado digital, assinatura digital, ICP-Brasil, token, criptografia

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 522664635571 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

DOMINGOS DA SILVA CHAVES JUNIOR
GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 26/04/2022 às 14:16

WILLIAM PIRES CALDEIRA
DIRETOR(A) DE DIVISÃO
DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DOS SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONVENIADOS DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 26/04/2022 às 14:57

